PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS

ESCOLA DE CIÊNCIAS MÉDICAS E DA VIDA

CURSO DE MEDICINA

JOÃO VÍTOR MARTINS PEÑA

MATHEUS RIBEIRO MOREIRA

TDAH E O IMPACTO DO USO INDISCRIMINADO DE PSICOESTIMULANTES NA EXPERIÊNCIA UNIVERSITÁRIA: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Goiânia-GO

2025

JOÃO VÍTOR MARTINS PEÑA

MATHEUS RIBEIRO MOREIRA

TDAH E O IMPACTO DO USO INDISCRIMINADO DE PSICOESTIMULANTES NA EXPERIÊNCIA UNIVERSITÁRIA: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Projeto apresentado na Disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso III, para a composição da nota das alunas do módulo VIII do Curso de Medicina da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Orientadora: Prof. Dra. Aline Lázara Resende.

Goiânia-GO

2025

RESUMO

O Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) pode comprometer significativamente o desempenho acadêmico de estudantes universitários, dificultando a concentração, organização e cumprimento de tarefas. Nos últimos anos, tem se observado um aumento no uso de psicoestimulantes, como o metilfenidato e a lisdexanfetamina, por alunos com TDAH no ensino superior, com diversos estudos documentando benefícios terapêuticos no controle dos sintomas e na melhora do desempenho acadêmico desses estudantes. Esta revisão de literatura explora a eficácia desses psicoestimulantes em melhorar a atenção, concentração e funções executivas, ajudando a compensar déficits cognitivos associados ao TDAH e, assim, facilitando o aprendizado e a conclusão de atividades acadêmicas. Evidências clínicas indicam que cerca de 70–80% dos pacientes com TDAH apresentam melhora significativa dos sintomas com o uso adequado de estimulantes, refletindo em ganhos na capacidade de foco e memória de trabalho. Abordam-se também as questões de aderência ao tratamento – dado que a continuidade do uso é necessária para manutenção dos benefícios – e os desafios éticos relacionados ao uso dessas substâncias em contexto universitário, como o risco de efeitos adversos, potencial de dependência e o debate sobre vantagem competitiva injusta. Além disso, discute-se o uso indevido de psicoestimulantes por estudantes sem diagnóstico de TDAH em busca de melhoria de desempenho, o que levanta preocupações éticas importantes. A revisão evidencia a necessidade de políticas institucionais claras nas universidades e de suporte multidisciplinar aos estudantes com TDAH, assegurando que o uso de medicamentos como metilfenidato e lisdexanfetamina seja feito de forma adequada**,** segura e ética. Conclui-se enfatizando a importância de mais estudos de longo prazo sobre eficácia e segurança desses fármacos no contexto universitário, bem como a implementação de diretrizes que equilibrem os benefícios clínicos com a integridade acadêmica.

Palavras-chave: TDAH; Psicoestimulantes; Metilfenidato; Lisdexanfetamina; Universitários.

ABSTRACT

Attention-Deficit/Hyperactivity Disorder (ADHD) can significantly impair the academic performance of university students, making it difficult to concentrate, stay organized, and complete tasks. In recent years, there has been an increase in the use of psychostimulants, such as methylphenidate and lisdexamfetamine, by college students with ADHD. Several studies have documented the therapeutic benefits of these medications in controlling symptoms and improving academic performance. This literature review explores the effectiveness of these psychostimulants in enhancing attention, concentration, and executive functions, helping to compensate for cognitive deficits associated with ADHD and thus facilitating learning and the completion of academic activities. Clinical evidence indicates that approximately 70–80% of individuals with ADHD experience significant symptom improvement with proper stimulant use, resulting in gains in focus and working memory. The review also addresses treatment adherence—since continued use is necessary to maintain benefits—and the ethical challenges surrounding the use of these substances in academic settings, such as the risk of adverse effects, potential for dependence, and the debate over unfair competitive advantage. Furthermore, the misuse of psychostimulants by students without an ADHD diagnosis in pursuit of enhanced performance raises important ethical concerns. The review highlights the need for clear institutional policies at universities and multidisciplinary support for students with ADHD, ensuring that the use of medications like methylphenidate and lisdexamfetamine is appropriate, safe, and ethical. In conclusion, the review emphasizes the importance of further long-term studies on the efficacy and safety of these drugs in university contexts, as well as the implementation of guidelines that balance clinical benefits with academic integrity.

Keywords: ADHD; Psychostimulants; Methylphenidate; Lisdexamfetamine; University Students.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 6
2. JUSTIFICATIVA 7
3. OBJETIVOS (GERAL/ESPECÍFICOS) 8
4. METODOLOGIA 9
5. RESULTADOS 10
6. DISCUSSÃO 12
6.1 Características do TDAH 12
6.2 Diagnóstico do TDAH 14
6.3 Prevalência do TDAH em estudantes universitários 17
6.4 Psicoestimulantes no tratamento do TDAH 20
6.5 Mecanismo de ação dos psicoestimulantes 23
6.6 Eficácia dos psicoestimulantes no controle clínico do TDAH 26
6.7 O uso de psicoestimulantes em estudantes universitários com TDAH 30
6.8 O impacto do tratamento com psicoestimulantes na vida acadêmica 32
6.9 O uso indevido, aspectos éticos e estratégias complementares 36
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS 39
8. REFERÊNCIAS 41

1. INTRODUÇÃO

O Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) é uma condição neurobiológica do desenvolvimento, caracterizada por sintomas persistentes de desatenção, hiperatividade e impulsividade, que interferem significativamente no desempenho acadêmico, profissional e social dos indivíduos. Nos últimos anos, observou-se um aumento expressivo no número de diagnósticos de TDAH em adultos jovens, especialmente entre universitários. Esse crescimento tem sido acompanhado por uma ampliação no uso de psicoestimulantes, como o metilfenidato e a lisdexanfetamina, indicados como primeira linha no tratamento farmacológico do transtorno. Tais medicamentos têm como objetivo principal melhorar a atenção, reduzir a impulsividade e controlar a agitação motora, promovendo ganhos funcionais relevantes para esse grupo.

2. JUSTIFICATIVA

A escolha deste tema se justifica diante do crescente número de diagnósticos de TDAH em adultos jovens e do consequente aumento do consumo de psicoestimulantes em ambientes universitários. Medicamentos como o metilfenidato e a lisdexanfetamina apresentam benefícios comprovados no tratamento do TDAH, atuando na regulação dos neurotransmissores dopamina e noradrenalina, o que promove melhora da atenção, concentração, controle da impulsividade e organização das tarefas. Esses efeitos contribuem para o aumento do desempenho acadêmico, redução da procrastinação e maior produtividade nos estudos, além de melhorar a autoestima, o engajamento em atividades e a qualidade de vida dos estudantes quando o tratamento é bem indicado e acompanhado por profissional habilitado. Contudo, o uso desses psicoestimulantes também levanta importantes questões relacionadas aos seus potenciais efeitos adversos, riscos de dependência, uso off-label e até mesmo o consumo não supervisionado por indivíduos sem diagnóstico formal. Além disso, há implicações éticas relevantes, sobretudo no que se refere à medicalização da vida acadêmica, à pressão por desempenho e ao risco de desigualdade entre estudantes medicados e não medicados, o que torna essencial uma análise crítica e aprofundada do tema.

3. OBJETIVOS (GERAL/ESPECÍFICOS)

Diante desse cenário, surge a seguinte **pergunta-problema*:*** qual é o impacto do uso de psicoestimulantes no desempenho acadêmico e na qualidade de vida de estudantes universitários com TDAH?

Este trabalho tem como **objetivo geral:** analisar os efeitos do uso de psicoestimulantes no desempenho acadêmico e na qualidade de vida de estudantes universitários com diagnóstico confirmado de TDAH. Como **objetivos específicos**, pretende-se:

a) compreender as características fisiopatológicas do TDAH;

b) compreender os critérios-diagnósticos do TDAH;

c) analisar a real prevalência do TDAH em estudantes universitários;

d) compreender quais são os Psicoestimulantes utilizados no tratamento do TDAH;

e) compreender os mecanismos de ação dos Psicoestimulantes;

f) analisar a real eficácia dos Psicoestimulantes na clínica do TDAH;

g) compreender o contexto do uso dos Psicoestimulantes na vida acadêmica universitária;

h) analisar os impactos do uso dos Psicoestimulantes no contexto do estudante universitário;

i) analisar os aspectos éticos do uso indevido dos Psicoestimulantes e refletir sobre possíveis estratégias complementares;

4. METODOLOGIA

Para alcançar tais objetivos, este trabalho fará uso de uma Metodologia baseada em uma Revisão de Literatura do tipo Narrativa, com caráter qualitativo e descritivo, com o objetivo de compilar, analisar e discutir as principais evidências científicas disponíveis sobre o uso de psicoestimulantes em estudantes universitários diagnosticados com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). A seleção dos estudos foi realizada por meio de busca manual e sistemática em bases de dados científicas, com ênfase na PubMed (National Library of Medicine), considerada uma das principais fontes de artigos biomédicos indexados.

Para isso, foram utilizados os seguintes descritores, combinados com operadores booleanos: "TDAH", "Psicoestimulantes", "Metilfenidato", "Lisdexanfetamina", "Anfetaminas", "Performance Acadêmica", "Uso Indevido", "Tratamento", "Estudantes Universitários" e suas respectivas traduções para o inglês. A busca foi restrita à artigos publicados entre os anos de 2018 e 2024, disponíveis em texto completo gratuito (Free Full Text), redigidos em português e/ou inglês.

Foram incluídos estudos originais, revisões sistemáticas, revisões narrativas, metanálises e *guidelines* que abordassem de forma direta o uso de psicoestimulantes em estudantes universitários com diagnóstico de TDAH. Foram excluídos estudos que não tratassem, como problemática central, os temas "TDAH" ou "Psicoestimulantes", bem como publicações duplicadas, resumos sem texto completo e artigos que não se enquadrassem nos critérios de elegibilidade.

A análise dos dados consistiu na leitura crítica e interpretativa dos artigos selecionados, com posterior organização dos principais achados em categorias temáticas que nortearam a construção dos capítulos do presente trabalho.

5. RESULTADOS

A análise dos artigos selecionados revelou achados recorrentes quanto ao impacto dos psicoestimulantes no desempenho acadêmico de estudantes universitários com TDAH, bem como sobre o uso indevido dessas substâncias por alunos sem diagnóstico formal.

A maioria dos estudos revisados apontou que psicoestimulantes como o metilfenidato e a lisdexanfetamina promovem melhora significativa nos sintomas nucleares do TDAH – desatenção, hiperatividade e impulsividade – quando utilizados de forma adequada e sob prescrição médica (DANTAS et al., 2022; FERREIRA et al., 2024; BRITO; LIMA, 2022). Esses efeitos clínicos traduzem-se em ganhos objetivos na capacidade de concentração, organização de tarefas, memorização e autorregulação emocional. Em contexto acadêmico, tais benefícios possibilitam maior aproveitamento das aulas, menor procrastinação, melhor desempenho em avaliações e maior engajamento com a vida universitária (ALVES; ANDRADE, 2022).

Os estudos também destacaram que, ao melhorar o funcionamento executivo e reduzir o sofrimento psíquico associado às falhas acadêmicas, o tratamento com psicoestimulantes contribui positivamente para a autoestima dos estudantes com TDAH, reduzindo sentimentos de inadequação, frustração e desmotivação (SILVA et al., 2024; RUSSO et al., 2024). Relatos subjetivos incluíram maior confiança para realizar atividades acadêmicas complexas, melhora da convivência social e maior motivação para manter hábitos saudáveis de estudo.

Ao mesmo tempo, os artigos apontam uma tendência crescente de uso indevido de psicoestimulantes por estudantes sem TDAH, motivados pela busca de melhora no desempenho cognitivo ou pela pressão acadêmica (SILVA et al., 2021; SOARES; MENDONÇA; ALVES, 2024). Essa prática, classificada como uso off-label não supervisionado, está associada a riscos significativos à saúde – incluindo efeitos colaterais cardiovasculares, ansiedade, insônia e potencial de dependência – além de suscitar dilemas éticos, como a desigualdade de condições em avaliações e o estímulo à medicalização da vida acadêmica (AMARAL et al., 2022).

Estudos brasileiros evidenciaram prevalências preocupantes de uso indevido de metilfenidato e lisdexanfetamina entre estudantes de Medicina e de outras áreas da saúde, com taxas variando de 15% a 33%, especialmente durante períodos de provas (DANTAS et al., 2022; BRITO; LIMA, 2022). Os principais fatores associados a esse comportamento incluem o fácil acesso ao medicamento, a percepção de maior desempenho sob efeito da droga e a banalização dos riscos associados ao seu uso fora de prescrição.

Os resultados indicam ainda a importância de diretrizes claras nas instituições de ensino superior para regular o uso de psicoestimulantes e oferecer suporte adequado a estudantes com diagnóstico confirmado de TDAH. Intervenções multidisciplinares – combinando tratamento farmacológico, apoio psicológico, acompanhamento pedagógico e estratégias educacionais – mostraram-se mais eficazes para garantir o bem-estar e o sucesso acadêmico desses alunos, além de reduzir o uso abusivo e suas consequências (SILVA; CALDEIRA, 2020; FERREIRA et al., 2024).

6. DISCUSSÃO

6.1. Características do TDAH

O TDAH em adultos geralmente manifesta-se por sintomas como dificuldade de concentração, impulsividade e inquietação motora. Em estudantes universitários, a desatenção frequentemente se traduz em incapacidade de manter o foco em leituras ou aulas prolongadas, esquecimento de prazos e erros por descuido em trabalhos acadêmicos. A impulsividade pode levar a decisões precipitadas ou intervenções intempestivas em sala de aula, enquanto a hiperatividade se apresenta como inquietação constante, dificuldade em permanecer sentado por longos períodos e sensação de agitação interna (ROUSSO et al., 2024). Tais comportamentos desviam o estudante das atividades acadêmicas, prejudicando a assimilação de conteúdos e a interação adequada no ambiente universitário.

É importante destacar que, ao contrário do que se pensava décadas atrás, o TDAH não se restringe à infância – ele pode persistir na vida adulta em uma parcela significativa dos casos. Estudos de seguimento indicam que cerca de 50% a 65% das crianças com TDAH continuam apresentando sintomas clinicamente relevantes na adolescência e idade adulta. Dessa forma, muitos estudantes ingressam no ensino superior ainda com dificuldades típicas do transtorno, mas nem sempre com diagnóstico já estabelecido.

Quando não identificado e manejado, o TDAH no contexto universitário pode acarretar baixa performance acadêmica, repetência e abandono do curso. Por outro lado, o reconhecimento precoce e o tratamento adequado permitem que o estudante utilize melhor seu potencial intelectual, minimizando os prejuízos causados pelos sintomas (DANTAS et al., 2022).

Os sintomas do TDAH podem impactar diversas facetas da vida acadêmica. A falta de atenção prolongada dificulta acompanhar aulas expositivas e estudar por tempo suficiente para provas. Problemas de organização podem resultar em atrasos na entrega de trabalhos e acúmulo de tarefas não realizadas. Além disso, a impulsividade e a hiperatividade podem comprometer relacionamentos interpessoais no ambiente universitário, levando

a mal-entendidos com colegas ou comportamentos considerados inadequados em salas de aula e estágios (RODRIGUES et al., 2023). Frequentemente, estudantes com TDAH relatam sentimento de frustração e baixa autoestima devido às dificuldades para cumprir as demandas acadêmicas, apesar de terem capacidade intelectual para tal.

Diversas abordagens terapêuticas são utilizadas no tratamento do TDAH, incluindo psicoterapia, intervenções comportamentais e farmacoterapia com psicoestimulantes. A psicoterapia – especialmente as modalidades cognitivocomportamentais – ajuda o paciente a desenvolver habilidades para lidar com os sintomas, aprimorar organização pessoal e estratégias de estudo, além de abordar problemas emocionais decorrentes do TDAH (como ansiedade ou sentimento de inadequação). Intervenções comportamentais focam em estabelecer rotinas de estudo, técnicas de reforço positivo e treinamento em solução de problemas, visando modificar padrões desadaptativos e promover hábitos saudáveis que favoreçam o desempenho acadêmico. Já os medicamentos psicoestimulantes, como metilfenidato e anfetaminas, são amplamente utilizados por sua eficácia reconhecida em controlar sintomas centrais do TDAH, agindo de forma rápida na melhora do nível de alerta e função executiva (FERREIRA et al., 2024). É comum que o plano de tratamento combine essas estratégias – medicação para obtenção de controle sintomático imediato, e terapias psicológicas para consolidar habilidades de enfrentamento a longo prazo.

Os benefícios do uso de psicoestimulantes no controle dos sintomas do TDAH estão bem documentados na literatura científica. Essas substâncias demonstram melhorar significativamente a atenção sustentada, aumentar a concentração e aprimorar certas funções cognitivas nos pacientes com TDAH. Por exemplo, o metilfenidato geralmente resulta em redução marcante da hiperatividade e impulsividade, contribuindo para uma melhor adaptação do estudante ao ambiente acadêmico em termos de comportamento e produtividade (BRITO; LIMA, 2022). Com o tratamento medicamentoso adequado, muitos alunos conseguem se manter sentados e atentos durante uma aula inteira – algo que antes do tratamento era difícil – e podem organizar melhor seus estudos, refletindo em melhoria do rendimento escolar.

Contudo, o uso de psicoestimulantes não está isento de controvérsias. Alguns estudos apontam potenciais efeitos colaterais associados ao uso prolongado dessas substâncias, tais como insônia, redução do apetite, cefaleia, irritabilidade e aumento da pressão arterial (SOARES; MENDONÇA; ALVES, 2024; FERREIRA et al., 2024). Há também preocupações quanto ao risco de dependência psicológica e tolerância, embora quando usados conforme prescrição médica em indivíduos com TDAH o potencial de abuso seja considerado baixo. Assim, é essencial que a prescrição desses fármacos seja realizada com critério por profissionais qualificados e que os pacientes sejam acompanhados de perto durante o tratamento. O monitoramento médico regular permite ajustar a dose para a mínima efetiva, identificar precocemente eventuais efeitos adversos e assegurar que os benefícios estejam superando os riscos.

6.2. Diagnóstico do TDAH

O diagnóstico preciso de TDAH em alunos universitários é de extrema importância devido à complexidade dos sintomas e à necessidade de intervenções adequadas para garantir o sucesso acadêmico. Os critérios diagnósticos para TDAH em adultos baseiam-se no *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5)* e incluem a presença de um conjunto de sintomas persistentes de desatenção e/ou hiperatividade-impulsividade, manifestados em intensidade mal-adaptativa. No contexto universitário, entretanto, é fundamental considerar as especificidades dessa fase da vida – como a transição para maior independência, as demandas acadêmicas mais complexas e mudanças no suporte familiar – ao avaliar se os sintomas atendem aos critérios (DANTAS et al., 2022). Por exemplo, um grau leve de desorganização que poderia passar despercebido no ensino médio pode tornar-se evidente e problemático na faculdade, revelando um possível TDAH previamente não diagnosticado.

A avaliação diagnóstica do TDAH deve ser multidisciplinar e abrangente. Contribuições de psicólogos, psiquiatras e, quando necessário, neurologistas podem enriquecer o processo diagnóstico, garantindo que outras condições com sintomas sobrepostos (como transtornos de ansiedade, depressão ou

dificuldades de aprendizagem) sejam investigadas e excluídas. Cada especialista aporta informações valiosas: psicólogos podem aplicar testes de atenção e entrevistas clínicas estruturadas; psiquiatras avaliam a história clínica e familiar em detalhe, além de comorbidades; educadores ou psicopedagogos podem relatar o desempenho acadêmico e comportamental do aluno em sala. Essa abordagem colaborativa aumenta a acurácia diagnóstica, evitando tanto falsos positivos quanto o não reconhecimento de casos que realmente preencham critérios (SILVA; LEITE; TELLES, 2021).

Diversos desafios se impõem no processo de diagnóstico do TDAH em universitários. Um dos principais é diferenciar os sintomas do transtorno de comportamentos típicos do ambiente universitário. Procrastinação ocasional, lapsos de atenção em aulas longas ou certo grau de desorganização são comuns entre estudantes em geral e podem ser confundidos com sintomas de TDAH. Por isso, é crucial avaliar a persistência e intensidade dessas manifestações e o grau de prejuízo funcional associado. Apenas quando há um padrão crônico, desde antes dos 12 anos (conforme DSM-5), e prejuízo clinicamente significativo em pelo menos dois contextos (acadêmico, social, profissional), é que o diagnóstico de TDAH se sustenta. Ademais, deve-se considerar o histórico de sintomas na infância; muitas vezes, o próprio estudante universitário com TDAH refere dificuldades acadêmicas desde a escola básica, ainda que só na faculdade tenha buscado ajuda (MEDEIROS; BARBOSA, 2019). Entrevistas com pais ou revisão de boletins escolares antigos podem fornecer evidências de sintomas pré-existentes.

A coleta de informações detalhadas sobre o histórico de desenvolvimento e comportamento do aluno é, portanto, fundamental. Isso inclui relatos sobre desempenho escolar anterior, padrões comportamentais ao longo da vida, presença de TDAH ou outros transtornos mentais na família (que aumentam a suspeita, dado o componente hereditário do TDAH), bem como o contexto atual do estudante. Instrumentos padronizados, como questionários de auto-relato e escalas de avaliação de sintomas (por exemplo, ASRS – Adult ADHD Self-Report Scale), podem complementar o diagnóstico, oferecendo medidas quantitativas da frequência de sintomas em diferentes situações (LOPES et al., 2024). Além disso, é recomendável obter relatos de terceiros – como familiares,

parceiros ou colegas próximos – sobre o comportamento do estudante, já que em adultos a autopercepção dos sintomas pode ser falha. Com base nesse conjunto abrangente de dados, os profissionais podem confirmar o diagnóstico de TDAH de forma mais segura, ou alternativamente identificar outras condições que expliquem melhor as dificuldades do aluno.

Durante o processo diagnóstico, é essencial considerar o impacto da condição na vida acadêmica e social do estudante. Os sintomas de TDAH, quando presentes, geralmente afetam negativamente a capacidade de cumprir prazos acadêmicos, de manter concentração suficiente para estudar e de participar de atividades em grupo ou extracurriculares. Muitos alunos com TDAH relatam alto nível de estresse e frustração na faculdade, pois apesar de esforço considerável, seus resultados acadêmicos não refletem seu potencial. Portanto, ao avaliar um caso suspeito de TDAH, o profissional deve investigar se há um histórico de baixo rendimento inconsistente com a dedicação do aluno, dificuldades reiteradas de gestão do tempo e organização, e problemas de adaptação ao ambiente universitário (BRITO; LIMA, 2022). Essa avaliação do prejuízo funcional reforça a importância do diagnóstico: identificar corretamente o TDAH pode levar a intervenções que melhorem consideravelmente a qualidade de vida acadêmica do estudante.

Para confirmar o diagnóstico de TDAH, utilizam-se estratégias complementares como preenchimento de checklists diagnósticas e observação clínica sistemática. Questionários específicos, respondidos pelo próprio aluno e, se possível, por alguém que o conheça bem, ajudam a mapear a frequência e a gravidade de comportamentos relacionados à desatenção e hiperatividade em diferentes contextos (universidade, casa, trabalho). Exemplos incluem o *Adult ADHD Self-Report Scale (ASRS)* e a escala de Conners para adultos. Já durante as consultas, o profissional pode atentar para sinais como distraibilidade durante a entrevista, dificuldade em detalhar respostas, esquecimento de perguntas feitas instantes antes, ou ainda agitação motora. É claro que nenhum desses sinais isolados confirma TDAH, mas o conjunto deles, alinhado ao histórico e às escalas, consolida o diagnóstico (LOPES et al., 2024). Em alguns casos complexos, testes neuropsicológicos mais extensos podem ser utilizados para avaliar funções como atenção sustentada, memória operacional e impulsividade,

fornecendo um perfil cognitivo do estudante. Embora não existam marcadores biológicos definidos para o TDAH, essa combinação de métodos aumenta a confiabilidade da identificação do transtorno em adultos jovens.

6.3. Prevalência do TDAH em estudantes universitários

A prevalência do TDAH em estudantes universitários é tema de estudo fundamental para compreender as necessidades específicas desses alunos e planejar políticas de suporte adequadas. Pesquisas indicam que o TDAH persiste em uma parcela notável de adultos jovens. Estimativas globais apontam que cerca de 2% a 5% dos adultos apresentam TDAH, dependendo do critério diagnóstico utilizado, e entre universitários alguns estudos encontraram taxas na faixa de 4% a 8% (FRANCISCO et al., 2021). No Brasil, embora haja menos dados epidemiológicos amplos, levantamentos em amostras universitárias sugerem prevalências similares, indicando que uma proporção significativa de alunos convive com sintomas de TDAH não tratados (SOARES; MENDONÇA; ALVES, 2024). Essa prevalência significativa tem implicações diretas: muitos estudantes podem necessitar de acompanhamento especial e recursos pedagógicos adaptados.

Os estudantes universitários com TDAH enfrentam uma série de desafios adicionais que podem comprometer seu sucesso acadêmico. Dificuldades de concentração prolongada, déficits na organização do material de estudo, tendência à procrastinação e esquecimento de datas importantes são queixas comuns nesse grupo (MILHOMEM; SILVA; REIS, 2021). Tais dificuldades podem dificultar o acompanhamento das disciplinas, a preparação para avaliações e a realização de trabalhos acadêmicos complexos. Além disso, a pressão por resultados – muitas vezes auto imposta ou pela competitividade dos cursos – e a sobrecarga de tarefas típicas da vida universitária podem intensificar os sintomas do TDAH. Por exemplo, durante períodos de provas, estudantes com TDAH frequentemente relatam aumentos na distração e na ansiedade, potencializando um ciclo de baixo rendimento e estresse.

Existe uma relação estreitamente debatida entre o uso de psicoestimulantes e a melhora do desempenho acadêmico de alunos com TDAH no contexto universitário. Estudos controlados mostram que, para estudantes devidamente diagnosticados com TDAH, a medicação estimulante pode contribuir para aumento da capacidade de atenção, melhor controle de impulsos e maior produtividade, refletindo em rendimento acadêmico mais consistente (SILVA; CALDEIRA, 2020). Por exemplo, em avaliações objetivas de desempenho, alunos tratados tendem a cometer menos erros por desatenção em provas e conseguem manter rotinas de estudo por mais tempo. Entretanto, é fundamental considerar também os aspectos éticos e legais envolvidos no uso dessas substâncias. Diferentemente do ambiente clínico pediátrico, no meio universitário surge a questão do "potencial de aprimoramento": ou seja, até que ponto o uso de estimulantes confere uma vantagem competitiva injusta a quem os utiliza? E como garantir que apenas estudantes com indicação clínica façam uso desses medicamentos? Tais questões tornam necessário um diálogo institucional sobre protocolos de acompanhamento e prevenção de abuso (AMARAL et al., 2022).

Os possíveis benefícios do uso de psicoestimulantes em alunos com TDAH vão além da melhora no desempenho acadêmico imediato. Ao aumentar a atenção e o foco, esses medicamentos podem impactar positivamente a autoestima e motivação do estudante, que passa a se sentir mais capaz de cumprir as demandas do curso. Muitos alunos relatam que, com o tratamento, conseguem finalmente organizar uma rotina de estudos eficaz e notar progresso real em sua aprendizagem, o que lhes dá sensação de competência e alívio. Além disso, ao reduzir sintomas que atrapalham as interações (como interromper impulsivamente conversas ou inquietar-se excessivamente), os psicoestimulantes podem favorecer a integração social e o equilíbrio emocional do aluno no ambiente universitário. Com melhor autorregulação proporcionada pelo medicamento, o estudante pode se engajar mais em atividades acadêmicas colaborativas, como grupos de estudo e projetos, melhorando sua experiência educacional como um todo.

Por outro lado, um diagnóstico preciso e acompanhamento médico adequado são fundamentais para garantir o uso seguro de psicoestimulantes em

alunos com TDAH. Antes de iniciar o tratamento, é imprescindível que profissionais especializados confirmem o diagnóstico de TDAH conforme discutido na seção anterior, evitando tanto a medicalização indevida de dificuldades que poderiam ser tratadas por outras vias, quanto a negligência de casos que realmente se beneficiariam da medicação. Após a introdução do psicoestimulante, o monitoramento regular – com consultas de retorno e eventualmente relatos de professores ou familiares – é importante para avaliar a eficácia e ajustar a dose conforme necessário, além de acompanhar eventuais efeitos colaterais (BRITO; LIMA, 2022). Esse monitoramento também ajuda a reforçar no estudante a responsabilidade pelo uso correto do medicamento, prevenindo o uso inadequado (como tomar doses extras em dias de prova sem orientação) e a dependência.

Apesar dos benefícios potenciais, existem críticas e controvérsias em relação ao uso de psicoestimulantes no ambiente acadêmico. Preocupações éticas incluem a medicalização excessiva da educação, ou seja, a tendência de recorrer a fármacos para lidar com dificuldades que poderiam ser abordadas com intervenções pedagógicas ou psicológicas. Há também receios sobre os impactos de longo prazo desses medicamentos na saúde mental dos estudantes e sobre o risco de desvio (desvio refere-se ao compartilhamento ou venda dos medicamentos para terceiros sem TDAH). Assim, é fundamental promover um debate amplo e multidisciplinar sobre o tema, considerando perspectivas da saúde, da educação e da bioética (SOARES; MENDONÇA; ALVES, 2024). Esse debate deve envolver não apenas profissionais, mas os próprios estudantes, de modo a desenvolver uma cultura de uso responsável e consciente de medicamentos no ambiente universitário.

Torna-se evidente a necessidade de mais pesquisas que avaliem a eficácia e segurança do uso de psicoestimulantes em alunos com TDAH no ensino superior, especialmente em horizontes de longo prazo. A complexidade desse tema exige estudos que não considerem apenas os aspectos clínicos e farmacológicos, mas também as dimensões sociais e éticas envolvidas. Investimentos em estudos longitudinais – acompanhando estudantes ao longo de seus anos universitários e após a graduação – são essenciais para embasar decisões clínicas mais assertivas e guiar políticas institucionais. Por exemplo,

pesquisas poderiam investigar se o tratamento contínuo com estimulantes ao longo da faculdade se associa a maiores taxas de conclusão de curso ou melhores desempenhos acadêmicos cumulativos, bem como avaliar se há efeitos adversos persistentes anos após o uso. Somente com evidências sólidas será possível equilibrar de forma adequada os benefícios terapêuticos dos psicoestimulantes com a garantia de uma abordagem segura e eticamente responsável para os estudantes universitários com TDAH (DINIZ, 2023).

6.4. Psicoestimulantes no tratamento do TDAH

Os principais psicoestimulantes utilizados no tratamento do TDAH em alunos universitários incluem o *metilfenidato* e a *lisdexanfetamina* (dextroanfetamina de liberação prolongada). O metilfenidato é um estimulante do sistema nervoso central que atua aumentando a disponibilidade de neurotransmissores como dopamina e noradrenalina nas sinapses cerebrais, especialmente em regiões responsáveis pela atenção e controle inibitório. Esse mecanismo de ação resulta em melhora da atenção, maior capacidade de concentração e melhor filtragem de distrações externas. Já a lisdexanfetamina é uma pró-droga que, após metabolização no organismo, se converte em dextroanfetamina, outro potente estimulante que igualmente eleva os níveis de dopamina e noradrenalina em circuitos neurais chave para funções executivas (DANTAS et al., 2022). Ambos os medicamentos, embora estruturalmente diferentes, convergem para o efeito de potencializar a neurotransmissão em áreas cerebrais frontais, o que se traduz clinicamente em melhor autocontrole, planejamento e organização por parte do estudante com TDAH.

Os possíveis efeitos colaterais do uso de psicoestimulantes em indivíduos com TDAH podem incluir insônia, redução do apetite, nervosismo ou ansiedade aumentada, cefaleia e sintomas gastrointestinais. Tais efeitos são mais comuns no início do tratamento e tendem a atenuar com o passar do tempo ou com ajustes na dosagem (ROUSSO et al., 2024). Por exemplo, é frequente que nos primeiros dias o estudante tenha dificuldade para dormir à noite devido ao efeito estimulante; por isso, costumase recomendar a tomada do medicamento pela manhã e início da tarde, evitando doses em horário noturno. A perda de apetite

ao longo do dia pode levar a alguma perda de peso em certos casos, exigindo orientação nutricional para manter uma dieta equilibrada. É importante que os pacientes estejam cientes desses possíveis efeitos colaterais e relatem qualquer desconforto ao médico responsável pelo acompanhamento, para que sejam feitas as intervenções necessárias – seja um ajuste de dose, mudança do horário de administração ou, em casos mais raros, a troca por outro medicamento.

A dosagem correta e o acompanhamento médico são fundamentais ao utilizar psicoestimulantes no tratamento do TDAH em alunos universitários. A dose ideal varia conforme características individuais de cada paciente, incluindo peso corporal, metabolismo, gravidade dos sintomas e resposta clínica. Em adultos jovens, inicia-se geralmente com doses baixas, escalonando conforme a tolerabilidade e a necessidade, até obter controle satisfatório dos sintomas com mínimos efeitos adversos. Esse processo de titulação pode requerer algumas semanas e visitas de retorno frequentes. O acompanhamento regular permite que o médico avalie a eficácia do tratamento – por exemplo, através dos relatos do aluno sobre seu desempenho acadêmico antes e depois do início da medicação, ou mediante escalas de avaliação de sintomas preenchidas periodicamente – e identifique se há necessidade de ajustes (FERREIRA et al., 2024). Em alguns casos, a dose ideal em dias de semana pode diferir de fins de semana (quando a demanda de concentração é menor), cabendo estratégias como “drug holidays” (pausas na medicação) sob orientação médica para minimizar efeitos colaterais acumulativos.

As evidências científicas são consistentes ao comprovar a eficácia dos psicoestimulantes no controle dos sintomas do TDAH em estudantes universitários. Meta-análises e revisões integrativas confirmam que tanto o metilfenidato quanto as anfetaminas produzem melhora significativa dos sintomas em comparação ao placebo, com tamanho de efeito de moderado a alto na redução de desatenção e hiperatividade. Estudos clínicos conduzidos especificamente em populações de adultos jovens demonstram que essas medicações podem melhorar substancialmente a capacidade de concentração durante estudos e aulas, bem como reduzir a impulsividade, contribuindo para um melhor desempenho acadêmico (FERREIRA et al., 2024). Por exemplo, um estudo clínico citado por Ferreira et al. (2024, p. 3126) mostrou que

“universitários com TDAH em uso de metilfenidato obtiveram aumento nas notas médias de provas após um semestre de tratamento, em comparação a um semestre anterior sem medicação, ilustrando o potencial benefício acadêmico. É importante ressaltar, contudo, que a magnitude da resposta pode variar entre indivíduos – alguns apresentam melhorias drásticas, enquanto outros apenas modestas –, reforçando a necessidade de personalização do tratamento”.

A relação entre o uso de psicoestimulantes e o desempenho acadêmico de alunos com TDAH é objeto de debates entre pesquisadores. Enquanto numerosas evidências apontam ganhos cognitivos objetivos com o tratamento, alguns estudos sugerem que esses medicamentos, embora melhorem a atenção, não necessariamente se traduzem em melhores notas para todos os estudantes, pois o desempenho acadêmico também depende de fatores como método de estudo, interesse pelo curso e suporte institucional. Além disso, há preocupações de que o uso prolongado possa levar a fenômenos como redução da criatividade ou excesso de confiança na medicação em detrimento do desenvolvimento de habilidades de estudo independentes (SILVA et al., 2024). Até o momento, a maioria dos achados favorece a utilização dos estimulantes quando há indicação clínica, mas fica claro que eles não devem ser a única intervenção: precisam ser parte de um plano terapêutico mais amplo. A pesquisa contínua é necessária para esclarecer plenamente essa relação complexa entre medicação e desempenho acadêmico, considerando variáveis mediadoras e moderadoras (por exemplo, qualidades do ambiente de aprendizagem ou presença de suporte psicológico).

As recomendações para o uso responsável de psicoestimulantes em alunos com TDAH enfatizam a importância de combinar a terapia farmacológica com abordagens comportamentais e educacionais. Estudos mostram que a abordagem combinada – medicamentos + terapia cognitivo-comportamental – tende a ser mais eficaz na redução dos sintomas e na melhora das habilidades funcionais do que cada uma isoladamente (SILVA *et al.*, 2024). A terapia cognitivo-comportamental pode ajudar o estudante a desenvolver estratégias práticas para lidar com desafios diários, tais como técnicas de gerenciamento do tempo, organização de rotina de estudos, e métodos para lidar com distrações (por exemplo, uso de fones de ouvido, aplicativos bloqueadores de redes sociais

durante o estudo, etc.). Além disso, intervenções psicoeducacionais informam o aluno sobre a natureza do TDAH, empoderando-o para reconhecer seus pontos fortes e fracos e buscar ativamente recursos (como monitorias acadêmicas ou mentorias). Dessa forma, os psicoestimulantes agem biologicamente aliviando os sintomas, enquanto as intervenções comportamentais promovem mudanças de hábito e competências socioemocionais, resultando em um impacto mais abrangente na vida do estudante.

As perspectivas futuras para o uso de psicoestimulantes no tratamento do TDAH em estudantes universitários envolvem tanto aprimoramentos nas opções farmacológicas quanto o desenvolvimento de abordagens terapêuticas inovadoras. Avanços na neurociência têm permitido uma compreensão mais profunda dos mecanismos subjacentes ao TDAH, o que poderá levar à criação de novos medicamentos mais eficazes e com menos efeitos colaterais. Por exemplo, pesquisas em andamento buscam estimulantes com liberação ainda mais controlada ou moléculas que atuem em vias neurotransmissoras adjacentes, com o intuito de melhorar sintomas cognitivos específicos (MEDEIROS; BARBOSA, 2019). Paralelamente, intervenções não farmacológicas vêm ganhando terreno, como o neurofeedback, em que os próprios pacientes aprendem a regular sua atividade cerebral por meio de treinamento assistido por EEG, e técnicas de estimulação cerebral não invasiva (ex.: estimulação transcraniana por corrente contínua) aplicadas experimentalmente para aumentar a capacidade atencional. Embora tais abordagens ainda estejam em estágios iniciais de pesquisa, no futuro elas podem ser incorporadas como adjuvantes ao tratamento convencional, aumentando as opções disponíveis para estudantes com TDAH e possivelmente reduzindo a necessidade de doses altas de medicamentos.

6.5. Mecanismo de ação dos psicoestimulantes

Os psicoestimulantes são medicamentos amplamente utilizados no tratamento do TDAH devido ao seu mecanismo de ação, que aumenta a disponibilidade de neurotransmissores excitatórios no cérebro, principalmente *dopamina* e *noradrenalina*. Esses neurotransmissores desempenham papel

fundamental na regulação de funções executivas, motivação, atenção e comportamento. Em indivíduos com TDAH, acreditase que haja disfunção nessas vias neuroquímicas – particularmente em circuitos fronto-estriatais – levando aos sintomas de desatenção e impulsividade. O metilfenidato atua bloqueando os transportadores de dopamina e noradrenalina, diminuindo a recaptação dessas substâncias e, assim, elevando sua concentração na fenda sináptica. Já as anfetaminas (como a dextroanfetamina proveniente da lisdexanfetamina) além de bloquear a recaptação, também estimulam a liberação adicional de dopamina e noradrenalina nas terminações nervosas (LOPES et al., 2024). Em consequência, há um aumento na estimulação dos receptores pós-sinápticos nas regiões cerebrais responsáveis pela atenção, controle inibitório e planejamento. Essa normalização da neurotransmissão resulta clinicamente em melhora da capacidade de concentração, aumento do estado de alerta e melhor controle de impulsos – exatamente os domínios em que alunos com TDAH costumam ter dificuldade.

Além disso, os psicoestimulantes têm se mostrado eficazes na modulação da atividade cerebral em estudantes com TDAH, propiciando melhorias não apenas em testes neuropsicológicos, mas também em indicadores subjetivos de qualidade de vida acadêmica. Pesquisas com neuroimagem funcional indicam que, sob efeito do medicamento, há maior ativação de áreas pré-frontais durante tarefas de atenção, aproximando o padrão de ativação neural desses indivíduos ao de pessoas sem TDAH. Do ponto de vista comportamental, muitos estudantes relatam que, ao usar a medicação, conseguem “silenciar” as distrações internas, mantendo a mente focada na tarefa atual por mais tempo (SILVA; LEITE; TELLES, 2021). Relatam também maior organização do pensamento, conseguindo executar atividades passo a passo sem perder o fio condutor. Tais melhorias traduzem-se, por exemplo, em conseguir ler páginas de um livro texto com compreensão, algo que antes era interrompido constantemente por devaneios.

É importante ressaltar que o tratamento do TDAH deve ser abordado de forma multidisciplinar, envolvendo não apenas o uso de psicoestimulantes, mas também intervenções psicossociais e educacionais. Os medicamentos melhoram os sintomas neurobiológicos, mas não ensinam habilidades nem

modificam sozinhos hábitos arraigados. Por isso, recomenda-se que alunos em tratamento farmacológico paralelo façam psicoterapia (especialmente cognitivo-comportamental), coaching acadêmico ou terapia ocupacional voltada para organização, quando disponível (MEDEIROS; BARBOSA, 2019). Essa abordagem integrada visa promover uma melhora mais abrangente: enquanto o psicoestimulante facilita o foco para que o estudante consiga aproveitar melhor as estratégias aprendidas, as intervenções comportamentais fornecem essas estratégias – por exemplo, técnicas para dividir um grande trabalho em etapas menores, métodos mnemônicos para lembrar prazos, e treinamento em habilidades sociais para lidar com colegas e professores. Assim, o aluno recebe um suporte completo, endereçando tanto a dimensão neurobiológica quanto as dimensões psicológica e pedagógica do TDAH.

Apesar dos benefícios evidentes dos psicoestimulantes, é crucial considerar os possíveis efeitos colaterais associados a esses medicamentos. Entre os principais efeitos adversos relatados estão insônia, perda de apetite, irritabilidade, dores de cabeça e aumento da frequência cardíaca ou pressão arterial. Grande parte desses efeitos é dose-dependente e pode ser manejada através de ajuste posológico ou medidas auxiliares (como higiene do sono para mitigar a insônia, fracionamento das refeições para contornar a inapetência). Por isso, o uso desses medicamentos deve ser sempre monitorado por um profissional de saúde qualificado, que oriente o estudante e acompanhe regularmente sua evolução (SOARES; MENDONÇA; ALVES, 2024). Em casos raros, alguns pacientes podem apresentar alterações de humor ou sintomas de ansiedade exacerbados; nesses cenários, a reavaliação do tratamento é necessária, podendo-se considerar a redução da dose, troca por outro estimulante ou inclusão de medicações adjuntas para controlar os efeitos (como ansiolíticos leves, se indicado). O monitoramento periódico de parâmetros como peso, pressão arterial e qualidade do sono faz parte do cuidado abrangente.

Diante do exposto, torna-se necessário investir em mais estudos e pesquisas para compreender melhor os benefícios e riscos do uso de psicoestimulantes em longo prazo em alunos universitários com TDAH. A maioria dos estudos disponíveis avalia resultados em curto prazo (meses), de modo que há relativa escassez de dados sobre impactos após anos de uso

contínuo desses medicamentos nessa população específica. Questões como possíveis efeitos sobre o desenvolvimento cerebral até o final da juventude, implicações no desempenho profissional pós-formatura e risco de abuso de substâncias precisam ser exploradas. A falta de dados conclusivos sobre o impacto prolongado ressalta a importância de investigações mais aprofundadas nesse campo (ROUSSO et al., 2024). Por exemplo, estudos prospectivos poderiam acompanhar grupos de estudantes tratados e não tratados por vários anos, medindo não apenas desempenho acadêmico, mas também indicadores de saúde física e mental, satisfação com a vida universitária e conquistas profissionais subsequentes.

Por fim, é fundamental promover a conscientização e combater o estigma em relação ao uso de medicamentos para o tratamento do TDAH. Infelizmente, ainda existem preconceitos no meio acadêmico, onde o uso de psicoestimulantes pode ser visto de forma negativa por alguns, seja por desconhecimento ou pela associação indevida com doping acadêmico. Uma visão mais ampla e acolhedora sobre as necessidades dos alunos com TDAH é essencial para garantir que recebam o suporte adequado e não hesitem em buscar ajuda por medo de julgamento. Campanhas educativas dentro das universidades, esclarecendo que o TDAH é uma condição médica legítima e que seu tratamento melhora a qualidade de vida do estudante, podem contribuir para reduzir preconceitos. O uso responsável de psicoestimulantes como parte integrante do tratamento do TDAH pode, comprovadamente, contribuir significativamente para o bem-estar e sucesso acadêmico desses indivíduos – equiparando suas oportunidades às dos colegas sem TDAH –, desde que seja guiado por indicação médica e acompanhado de perto (DINIZ et al., 2023).

6.6. Eficácia dos psicoestimulantes no controle clínico do TDAH

Estudos clínicos têm demonstrado de forma consistente a eficácia dos psicoestimulantes no controle dos sintomas do TDAH em alunos universitários. Pesquisas recentes apontam que esses medicamentos são capazes de reduzir significativamente a impulsividade, a hiperatividade e a desatenção, melhorando assim o desempenho acadêmico e a qualidade de vida desses indivíduos

(FERREIRA et al., 2024). Em uma revisão integrativa, Milhomem, Silva e Reis (2021, p. 67) observaram que “a maioria dos estudos reporta melhorias objetivas em testes de atenção concentrada e função executiva entre universitários em uso de estimulantes versus controles sem medicação. Além disso, relatos subjetivos dos próprios estudantes e de seus professores confirmam uma mudança positiva no padrão de funcionamento: maior participação nas aulas, redução de erros por distração e maior persistência em tarefas prolongadas. Esse conjunto de evidências reforça a posição dos psicoestimulantes como tratamento eficaz para os sintomas do TDAH, inclusive em contextos desafiadores como o do ensino superior”.

No entanto, é importante ressaltar que o uso de psicoestimulantes pode estar associado a alguns efeitos colaterais indesejáveis, mesmo quando utilizados por indivíduos com TDAH. Entre os impactos adversos possíveis estão perda de apetite, insônia, irritabilidade e leves elevações da pressão arterial ou frequência cardíaca (FERREIRA et al., 2024; SOARES; MENDONÇA; ALVES, 2024). Esses efeitos, se não manejados, podem prejudicar indiretamente o desempenho acadêmico dos alunos – por exemplo, a insônia pode comprometer a capacidade de atenção no dia seguinte, ou a irritabilidade pode dificultar o convívio em grupo para trabalhos acadêmicos. Portanto, os profissionais de saúde que acompanham estudantes com TDAH em uso de estimulantes devem manter atenção a essas reações e realizar ajustes no tratamento conforme necessário. Em alguns casos, intervenciona-se com medidas simples (como controlar a cafeína para evitar insônia adicional, ou fracionar refeições para garantir ingestão calórica suficiente apesar da falta de fome) e, em casos mais severos, considera-se reduzir dose ou mudar de formulação (de liberação imediata para prolongada, por exemplo) para melhorar a tolerabilidade.

A prescrição adequada e o acompanhamento médico constante são essenciais para garantir a segurança e eficácia do tratamento com psicoestimulantes em alunos com TDAH. Antes de iniciar a medicação, o profissional deve realizar uma avaliação detalhada do paciente, incluindo histórico médico geral, condições cardiovasculares preexistentes, uso de outras medicações e risco de uso indevido. Isso porque estimulantes podem ter interações medicamentosas (por exemplo, com antidepressivos) e são

contraindicados em algumas patologias (como arritmias cardíacas graves não controladas). Uma vez iniciado o tratamento, consultas regulares permitem monitorar a resposta clínica e realizar ajustes finos na dose até atingir o efeito terapêutico ótimo. Adicionalmente, tais consultas são oportunidades de reforço psicoeducativo – o médico ou psicólogo pode discutir com o estudante estratégias de estudo, rotina de sono e lidar com períodos de maior estresse, complementando os benefícios da medicação (BRITO; LIMA, 2022). Esse acompanhamento holístico tende a otimizar os resultados, pois aborda tanto o alívio de sintomas quanto a promoção de hábitos de vida saudáveis.

É importante destacar que os indivíduos com TDAH podem apresentar diferenças significativas na resposta aos psicoestimulantes. Alguns pacientes respondem melhor a determinado tipo de medicamento (por exemplo, metilfenidato) enquanto outros têm benefício superior com outro (como lisdexanfetamina), e as doses necessárias podem variar amplamente. Além disso, uma minoria pode apresentar intolerância ou resposta insuficiente aos estimulantes tradicionais – nesses casos, alternativas farmacológicas como a atomoxetina ou agonistas alfa-2 (clonidina, guanfacina) podem ser consideradas. Esse cenário reforça a necessidade de personalizar o tratamento de acordo com as necessidades específicas de cada estudante com TDAH (MILHOMEM; SILVA; REIS, 2021). É função do profissional de saúde escolher o fármaco apropriado e, se os objetivos terapêuticos não estiverem sendo alcançados, reavaliar a estratégia. Por exemplo, se um aluno refere que a medicação ajuda na atenção nas aulas mas "apaga" no começo da noite quando precisa estudar, pode-se avaliar uma formulação de ação mais longa ou uma pequena dose de reforço à tarde. A personalização visa maximizar os benefícios terapêuticos (melhor controle dos sintomas durante os horários acadêmicos críticos) e minimizar riscos (evitando doses excessivas e monitorando efeitos adversos).

As recomendações atuais para o uso de psicoestimulantes em alunos universitários com TDAH incluem aspectos práticos como determinação da dose adequada, ajuste do horário de administração e definição da duração do tratamento. Estudos sugerem que, para muitos estudantes, a administração do medicamento nas primeiras horas da manhã traz melhor controle dos sintomas

durante o período letivo, garantindo aproveitamento das aulas matutinas e vespertinas (FERREIRA et al., 2024). Em casos de cursos noturnos, a estratégia pode ser adaptar o horário para cobrir o período noturno. Doses individuais devem ser ajustadas conforme a resposta clínica do paciente – por exemplo, alguns podem necessitar de doses divididas ao longo do dia, enquanto outros se beneficiam de formulações de liberação controlada que cobrem o dia inteiro com uma única tomada. Ademais, é fundamental estabelecer um plano terapêutico individualizado que contemple a avaliação periódica da necessidade de manutenção do medicamento. Idealmente, a cada semestre ou ano acadêmico, o estudante e o médico devem reavaliar juntos os progressos obtidos, discutir se há intenção de manter a medicação ou tentar redução (por exemplo, durante férias acadêmicas) e planejar o seguimento (SOARES; MENDONÇA; ALVES, 2024). Essa decisão compartilhada garante que o tratamento continue apenas pelo tempo necessário, evitando exposição desnecessária.

Além do controle dos sintomas principais do TDAH, o uso de psicoestimulantes pode proporcionar benefícios adicionais aos alunos universitários, como melhora da concentração sustentada, da memória de curto prazo e de certas habilidades cognitivas. Alguns estudos sugerem que esses medicamentos podem aumentar a capacidade de foco durante o estudo individual e facilitar a retenção de informações, o que em tese melhora o aprendizado e o desempenho em provas (SILVA et al., 2024). Dessa forma, os psicoestimulantes não apenas ajudam no alívio imediato da desatenção e hiperatividade, mas também contribuem indiretamente para o desenvolvimento acadêmico e profissional desses indivíduos, ao permitir que eles absorvam melhor o conteúdo de seus cursos e se engajem mais efetivamente em atividades de formação, como estágios e pesquisas de iniciação científica. No entanto, tais benefícios “secundários” variam de pessoa para pessoa – não se deve esperar que a medicação por si só transforme o rendimento acadêmico se o estudante não adotar boas práticas de estudo. Por isso, sempre se enfatiza: o remédio é uma ajuda, mas disciplina, técnicas de estudo e apoio institucional continuam sendo peças-chave para o sucesso acadêmico.

As perspectivas futuras de pesquisa na área apontam para o aprimoramento do uso de psicoestimulantes em alunos com TDAH no contexto

universitário. Novos estudos estão em andamento para investigar formulações farmacêuticas inovadoras – por exemplo, estimulantes com perfil de liberação que se adapte melhor a diferentes cronogramas (uma formulação específica para quem estuda à noite, por exemplo). Também se busca identificar biomarcadores preditivos de resposta ao tratamento, de modo que um simples exame pudesse indicar qual medicamento tem maior chance de funcionar para determinado paciente, tornando o processo menos empírico (SILVA; LEITE; TELLES, 2021). Adicionalmente, pesquisas têm avaliado os impactos a longo prazo do uso contínuo de psicoestimulantes na saúde mental e cognitiva dos pacientes. Questões como “o uso prolongado diminui a eficácia ao longo dos anos?” ou “há efeitos positivos duradouros mesmo após cessar a medicação?” começam a ser exploradas. Com essas iniciativas inovadoras, espera-se melhorar cada vez mais a eficácia dos tratamentos disponíveis para indivíduos com TDAH no ambiente universitário, garantindo que alcancem sucesso acadêmico e bem-estar em igualdade de condições.

6.7. O uso de psicoestimulantes em estudantes universitários com TDAH

Os psicoestimulantes mais utilizados no tratamento do TDAH em alunos universitários, conforme discutido, são o metilfenidato (nome comercial mais conhecido: Ritalina® ou Concerta®) e a lisdexanfetamina (Vyvanse®). Ambos têm efeitos similares de melhorar a atenção e a concentração por meio do aumento de neurotransmissores catecolamínicos no cérebro, embora diferenciem-se na duração de ação e perfil farmacocinético (SOARES; MENDONÇA; ALVES, 2024). Por exemplo, o metilfenidato de liberação imediata age por algumas horas e pode demandar doses repetidas ao longo do dia, enquanto formulações de liberação prolongada e a própria lisdexanfetamina podem cobrir sintomas por até 10-12 horas com uma única dose diária. No contexto universitário, essa longa duração é útil para estudantes que têm aulas, estágios e estudos autônomos distribuídos ao longo do dia. Vale ressaltar que tanto metilfenidato quanto lisdexanfetamina são medicamentos controlados,

requerendo receita especial e acompanhamento devido ao seu potencial de abuso e dependência se usados de forma inadequada.

Os possíveis benefícios do uso de psicoestimulantes em alunos com TDAH incluem a melhora significativa da atenção, concentração e, consequentemente, do desempenho acadêmico. Estudos mostram que estudantes medicados conseguem permanecer mais tempo engajados em leituras ou resoluções de exercícios, apresentam maior consistência na execução de trabalhos e relatam menor distraibilidade durante aulas (ALVES; ANDRADE, 2022; LOPES et al., 2024). Na prática, isso se traduz em um salto de qualidade na vida acadêmica: tarefas antes procrastinadas indefinidamente passam a ser iniciadas e concluídas, matérias que pareciam impossíveis de acompanhar tornamse compreensíveis e até interessantes, uma vez que o aluno consegue manter o foco para entendê-las. Entretanto, é importante considerar também os potenciais efeitos colaterais dos psicoestimulantes em alunos universitários. Entre os mais comuns relatados na literatura e na prática clínica estão insônia, perda de apetite e irritabilidade, conforme já destacado. Alguns estudantes também referem cefaleia, leve aumento de ansiedade ou palpitações. Numa minoria de casos, podem surgir efeitos como tic nervoso ou alteração do humor (exacerbação de sintomas depressivos ou ansiosos preexistentes). Por isso, o acompanhamento médico constante é fundamental para monitorar quaisquer reações adversas e ajustar a terapia conforme necessário, garantindo que os benefícios superem os riscos (LOPES et al., 2024).

A importância da prescrição médica adequada e acompanhamento contínuo não pode ser subestimada quando se trata do uso de psicoestimulantes em alunos universitários com TDAH. Cada estudante possui características únicas – histórico de saúde, horários de aula, padrão de sono, etc. – que influenciam a escolha do medicamento e do esquema posológico. A individualização do tratamento é essencial para garantir eficácia e segurança, levando em consideração fatores como: necessidade de cobertura de sintomas em determinados horários (manhã, tarde, noite), propensão a esquecer doses (o que pode favorecer uso de formulação de longa duração), e presença de outras condições (por exemplo, ansiedade, que pode orientar a introdução mais

cautelosa do estimulante). Além disso, o monitoramento regular permite avaliar a resposta ao tratamento ao longo do tempo e fazer ajustes. Por exemplo, se um aluno nota queda de concentração no final da tarde, o médico pode considerar acrescentar uma pequena dose vespertina de ação curta. Ou se o aluno relata estar muito apático, sem a espontaneidade habitual, talvez a dose esteja um pouco acima do ideal e possa ser reduzida (DINIZ et al., 2023). Assim, o tratamento se ajusta dinamicamente às demandas do estudante e às mudanças que ele pode apresentar ao longo do curso.

6.8. O impacto do tratamento com psicoestimulantes na vida acadêmica

Estudos recentes demonstram que o tratamento medicamentoso com psicoestimulantes pode resultar em melhorias significativas no desempenho acadêmico de alunos com TDAH. Ao controlar os sintomas que interferem diretamente nos estudos, esses medicamentos aumentam a capacidade do aluno de aproveitar o conteúdo das aulas e de executar atividades acadêmicas com mais eficiência. Por exemplo, após iniciar o tratamento, muitos estudantes conseguem estudar por períodos mais prolongados sem perder a concentração, o que se reflete em melhor preparação para provas e trabalhos. Observa-se também uma redução na taxa de procrastinação: tarefas que antes eram adiadas indefinidamente agora são iniciadas em tempo hábil. É importante salientar que para atingir esses benefícios de forma plena, o suporte de profissionais qualificados é crucial – médicos para orientar a dosagem ideal e monitorar efeitos, e psicólogos ou pedagogos para auxiliar com técnicas de estudo. Esse suporte combinado ajuda a prevenir problemas como uso inadequado do medicamento (por exemplo, tomar doses extras por conta própria em véspera de prova, algo a ser evitado) e a orientar o estudante na construção de estratégias compensatórias para suas dificuldades (ROUSSO et al., 2024). Além da intervenção médica, o acompanhamento psicológico pode ser fundamental para auxiliar os estudantes a desenvolver disciplina e rotina, potencializando assim os efeitos positivos da medicação em sua vida acadêmica.

O tratamento com psicoestimulantes tem sido associado à redução de sintomas característicos do TDAH, como impulsividade e hiperatividade, o que contribui para uma melhor adaptação do aluno ao ambiente universitário. Com menor impulsividade, o estudante tende a pensar com mais calma antes de agir, evitando decisões precipitadas que possam prejudicá-lo (como abandonar uma questão difícil de prova sem tentar ou interromper bruscamente um professor durante explicações). Isso também favorece a interação social: colegas e professores percebem o estudante como mais centrado e receptivo, melhorando a dinâmica em trabalhos em grupo e discussões em sala. Da mesma forma, a diminuição da inquietação possibilita que o aluno permaneça atento durante longas aulas, participe de atividades de laboratório sem dispersar-se, e tolere as longas horas de estudo na biblioteca ou em casa. Dessa forma, os psicoestimulantes, ao atuarem sobre os sintomas nucleares do TDAH, tornam-se uma ferramenta valiosa para promover o sucesso acadêmico de estudantes que, de outra forma, estariam em desvantagem significativa (FERREIRA et al., 2024). Evidentemente, o medicamento por si só não garante boas notas – é o uso combinado com métodos de estudo eficazes e dedicação que produz os melhores resultados –, mas ele fornece a base neurobiológica para que o aluno possa aplicar todo seu potencial.

Apesar dos benefícios observados, o uso de psicoestimulantes em alunos com TDAH também tem sido alvo de críticas e reflexões éticas. Algumas preocupações dizem respeito à ideia de que poderia estar ocorrendo uma "medicalização da educação", na qual se recorre a medicamentos para lidar com dificuldades acadêmicas sem antes esgotar recursos pedagógicos. Questiona-se, por exemplo, se escolas e universidades não poderiam oferecer adaptações (como tempos estendidos de prova, salas de estudo com menos distrações, treinamento de habilidades) que atenuassem os impactos do TDAH, reduzindo a necessidade de fármacos. Há também um debate moral sobre o uso de estimulantes para fins de desempenho: mesmo no caso de estudantes com TDAH, alguns autores discutem se é justo eles terem acesso a um recurso que melhora o foco, enquanto outros colegas, com dificuldades talvez menores mas ainda presentes, não o utilizam (MEDEIROS; BARBOSA, 2019; ALVES; ANDRADE, 2022). Essa linha de argumentação enxerga o medicamento quase

como um tipo de "dopagem acadêmica". Por outro lado, muitos argumentam que, no caso de quem tem TDAH diagnosticado, o remédio apenas nivela o jogo – isto é, permite que aquele aluno tenha igualdade de condições com os demais, e não uma vantagem indevida. De todo modo, é importante considerar essas críticas ao avaliar os impactos do uso de psicoestimulantes na vida acadêmica dos estudantes. As instituições de ensino podem, nesse sentido, promover discussões éticas, orientar sobre uso adequado dessas substâncias e garantir que o foco permaneça no aprendizado e no bem-estar do aluno.

Para compreender plenamente os efeitos do tratamento com psicoestimulantes em alunos com TDAH no contexto universitário, são necessárias mais pesquisas, especialmente estudos longitudinais. Embora haja consenso sobre a eficácia sintomática no curto prazo, falta saber, por exemplo, se o uso contínuo desses medicamentos ao longo de vários anos de faculdade acarreta benefícios cumulativos (como melhores índices de conclusão de curso) ou se surgem desafios adicionais (como possível desenvolvimento de tolerância ou dependência). Pesquisas futuras poderiam acompanhar coortes de alunos com TDAH medicados e não medicados durante toda a vida universitária e avaliar diversos resultados: desempenho acadêmico semestral, envolvimento em atividades extracurriculares, saúde mental geral, evolução profissional após a graduação, etc. (SILVA; CALDEIRA, 2020). Esses dados de longo prazo auxiliariam tanto profissionais de saúde quanto educadores a tomar decisões mais embasadas – por exemplo, se for demonstrado que medicar desde o primeiro ano de faculdade melhora significativamente a taxa de sucesso acadêmico sem prejuízos, isso incentivaria diagnósticos e intervenções mais precoces. Por outro lado, se surgirem evidências de algum efeito adverso tardio, isso levaria a cautela redobrada e possivelmente a recomendações de interrupções periódicas do tratamento. Em suma, investir em pesquisas nessa área é fundamental para ampliar nosso conhecimento e guiar práticas clínicas e educacionais cada vez mais baseadas em evidências.

É importante reconhecer as diferenças individuais na resposta ao tratamento com psicoestimulantes entre alunos com TDAH. Nem todos os estudantes apresentarão os mesmos benefícios ou enfrentarão os mesmos efeitos colaterais ao utilizar esses medicamentos. Enquanto alguns

experimentam melhorias drásticas em concentração e desempenho, outros podem ter ganhos mais sutis ou enfrentar dificuldades como insônia persistente que limita o uso. Por isso, uma abordagem personalizada – na qual o tratamento é moldado às características e necessidades de cada aluno – é essencial para garantir resultados positivos. Isso implica em ajustes não apenas de dose e tipo de medicamento, mas também em acompanhar o contexto do aluno: por exemplo, se um aluno entra em último ano com menos disciplinas, talvez seja possível reavaliar a dosagem ou necessidade contínua. Ou se, ao contrário, o aluno inicia um período especialmente exigente (como preparação para um exame de qualificação concorrido), o médico pode planejar junto a ele a melhor forma de utilizar a medicação para apoiálo nessa fase. Assim, respeitando as diferenças individuais, o tratamento do TDAH no contexto universitário torna-se um processo dinâmico e colaborativo, com feedback constante entre o estudante e os profissionais que o acompanham.

As políticas públicas e diretrizes educacionais também desempenham um papel crucial na regulação do uso de psicoestimulantes em alunos com TDAH. Questões legais e sociais precisam ser consideradas ao se estabelecer protocolos para a prescrição e acompanhamento desses medicamentos nas instituições de ensino superior. Por exemplo, universidades poderiam ter serviços de atendimento psicológico/psiquiátrico para estudantes, integrando o tratamento medicamentoso com suporte acadêmico especializado. Além disso, orientações claras sobre porte e uso de medicamentos controlados no campus podem prevenir situações de desvio ou uso compartilhado indevido. Em termos de diretrizes, associações profissionais podem elaborar recomendações específicas para manejo de TDAH em adultos jovens, dado o contexto peculiar (FERREIRA et al., 2021). Garantir que o uso de psicoestimulantes seja feito de forma ética, segura e responsável significa também educar a comunidade acadêmica sobre o TDAH – diminuindo o estigma – e capacitar profissionais de saúde universitários para diagnosticar e tratar adequadamente o transtorno. Em última instância, a meta é promover o bem-estar dos estudantes com TDAH e assegurar seu sucesso acadêmico, incorporando tais medicamentos como ferramentas válidas, porém sempre dentro de um escopo terapêutico orientado pelo princípio da beneficência e da não maleficência.

6.9. O uso indevido, aspectos éticos e estratégias complementares

No contexto universitário, uma preocupação crescente tem sido o uso indevido de psicoestimulantes por estudantes sem diagnóstico de TDAH, que buscam apenas melhorar seu desempenho acadêmico ou lidar com a alta carga de estudos. Essa prática, conhecida popularmente como "uso recreativo" ou "off-label" para aprimoramento cognitivo, levanta questões éticas e de saúde pública. Estudos em diferentes países revelam que uma parcela significativa de universitários já experimentou tomar estimulantes sem prescrição médica – as estimativas variam, indo de cerca de 5% até mais de 25% em certas amostras, especialmente em cursos altamente competitivos, como Medicina e Engenharia. No Brasil, pesquisas com estudantes de Medicina encontraram índices preocupantes: um estudo reportou que 33,2% dos acadêmicos entrevistados já fizeram uso de metilfenidato sem indicação médica, muitos deles apenas durante períodos de provas (DANTAS et al., 2022; ROUSSO et al., 2024). Esse uso indiscriminado traz riscos – como eventos adversos graves em pessoas que não passaram por avaliação médica – e suscita debates sobre equidade (afinal, seria "justo" alguns usarem medicação para competir academicamente com outros?).

Do ponto de vista ético, vários argumentos são colocados. Alguns defendem que o uso de estimulantes por pessoas sem TDAH para melhorar notas seria uma forma de trapaça ou vantagem injusta, comparável a doping esportivo, corroendo a meritocracia acadêmica. Além disso, existe o risco de coerção indireta: em ambientes muito competitivos, mesmo quem inicialmente não queira tomar medicamentos pode sentirse pressionado a fazê-lo ao perceber colegas utilizando e obtendo vantagens. Em contrapartida, há quem argumente sobre a autonomia individual – se um adulto informado decide utilizar uma substância para melhorar seu foco, isso faria parte de sua liberdade, desde que não prejudique terceiros (ALVES; ANDRADE, 2022). Entretanto, quando se trata de medicamentos controlados, a regulamentação legal brasileira é clara: a posse e uso sem prescrição são ilegais, e a venda ou compartilhamento caracterizam infração sanitária e até crime. Assim, as universidades precisam estar atentas a esse fenômeno. Campanhas educativas podem esclarecer que psicoestimulantes não são "pílulas mágicas" de inteligência e que seu uso sem indicação pode acarretar dependência, problemas cardíacos ou psiquiátricos

sérios. Além disso, serviços de saúde estudantil devem ficar vigilantes para identificar sinais de abuso de estimulantes (como estudantes solicitando indevidamente receita de Ritalina® sem diagnóstico confirmado) e oferecer ajuda.

Outro aspecto ético envolve garantir que os estudantes com TDAH diagnosticado tenham acesso legítimo ao tratamento, sem burocracias excessivas ou preconceito. Isso inclui a universidade possibilitar que esses alunos cumpram as normas de uso dos medicamentos controlados (como armazenar e tomar a medicação) de forma discreta e segura, e oferecer a eles as adaptações acadêmicas a que têm direito (por exemplo, direito a tempo adicional em provas, segundo orientações de acessibilidade educacional). Em suma, as instituições de ensino superior desempenham um papel tanto educativo quanto normativo: precisam coibir o uso indevido de psicoestimulantes ao mesmo tempo em que apoiam o uso devido por quem realmente precisa (SILVA; LEITE; TELLES, 2021).

No que diz respeito às estratégias complementares no tratamento do TDAH em alunos universitários, há uma forte ênfase na adoção de intervenções não farmacológicas para melhorar o desempenho acadêmico e o bem-estar. A terapia cognitivocomportamental, por exemplo, tem se mostrado eficaz em auxiliar estudantes a desenvolver habilidades socioemocionais e acadêmicas – como técnicas de organização do estudo, manejo da ansiedade frente a avaliações e resolução de problemas interpessoais (SOARES; MENDONÇA, ALVES, 2024). Tais habilidades são cruciais para o sucesso acadêmico e podem potencializar os efeitos benéficos da medicação ou mesmo suprir parcialmente a necessidade de doses elevadas. Além disso, mudanças no estilo de vida podem ter impacto significativo: uma alimentação balanceada ajuda a manter níveis adequados de energia e concentração; a prática regular de exercícios físicos está associada à melhora do humor e da função executiva; técnicas de relaxamento e *mindfulness* podem reduzir a impulsividade e a desatenção decorrentes do estresse. Pesquisas indicam que estudantes com TDAH que adotam hábitos saudáveis e estrutura de rotina obtêm resultados acadêmicos melhores do que aqueles que dependem unicamente da medicação (SILVA *et al.*, 2024).

As universidades podem contribuir implementando programas de apoio acadêmico, como oficinas de técnicas de estudo, gerenciamento de tempo e controle da ansiedade, que beneficiam especialmente alunos com TDAH. Mentorias acadêmicas, em que um professor ou aluno veterano orienta o estudante na organização de suas disciplinas, também podem fazer diferença. Em suma, o tratamento ideal do TDAH em universitários é multimodal: combina medicação (quando indicada), psicoterapia, suporte educacional e medidas de estilo de vida. Isso não apenas maximiza a eficácia no controle dos sintomas e melhoria do desempenho, mas também promove a autonomia do estudante – ele aprende a gerenciar seu transtorno e a usar ferramentas variadas para superar desafios. Essa abordagem abrangente é a que melhor respeita a complexidade do TDAH e as múltiplas demandas da vida universitária.

Por fim, ressalta-se a necessidade urgente de mais estudos e pesquisas para avaliar a eficácia a longo prazo do uso de psicoestimulantes em alunos com TDAH no contexto universitário. Conforme discutido, ainda há lacunas no entendimento de até que ponto a melhoria sintomática proporcionada pelo medicamento se traduz em vantagens acadêmicas duradouras e quais seriam os impactos após a vida universitária. A falta de evidências robustas sobre os efeitos prolongados dessas medicações torna imprescindível investir em pesquisas que possam fornecer dados sólidos para embasar as práticas clínicas nesse campo específico da saúde mental (MILHOMEM; SILVA; REIS, 2021). Além disso, pesquisas de abordagem qualitativa poderiam aprofundar aspectos subjetivos: por exemplo, como os estudantes percebem o efeito da medicação em sua identidade e desempenho? Quais dilemas eles enfrentam ao decidir usar ou não um estimulante? Essas informações podem guiar intervenções mais humanizadas e eficientes. Em resumo, tanto do ponto de vista quantitativo (desempenho, taxas de sucesso) quanto qualitativo (experiência do aluno), ampliar o conhecimento científico sobre TDAH e uso de psicoestimulantes no ensino superior é fundamental para refinarmos abordagens terapêuticas, políticas educacionais e garantir que esses jovens alcancem seu pleno potencial acadêmico de forma saudável e ética.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os desafios enfrentados por universitários com TDAH são numerosos e impactam diretamente seu desempenho acadêmico e bem-estar. Sintomas como desatenção, impulsividade e hiperatividade dificultam a organização dos estudos, a execução de tarefas e a manutenção da concentração. Nesse cenário, os psicoestimulantes mostram-se eficazes no controle sintomático, melhorando a atenção, o foco e a gestão do tempo, o que contribui para o aproveitamento acadêmico condizente com as capacidades desses estudantes (FERREIRA et al., 2024). Estudos indicam que o tratamento medicamentoso adequado pode reduzir em até 40% os erros por desatenção e impulsividade, elevando o rendimento escolar e favorecendo a autoestima.

A intervenção precoce e o acompanhamento multidisciplinar são cruciais. Diagnósticos realizados ainda no início da trajetória universitária – ou antes dela – e o início oportuno do tratamento favorecem a adoção de estratégias de aprendizagem eficazes, prevenindo fracassos acadêmicos e impactos emocionais negativos. Uma equipe integrada de profissionais da saúde mental, educadores e familiares é essencial para garantir suporte contínuo e personalizado (SILVA et al., 2024), promovendo um ambiente propício ao sucesso acadêmico e à futura inserção profissional.

No entanto, o uso de psicoestimulantes exige atenção. Tolerância, dependência psicológica e efeitos adversos como insônia e irritabilidade são riscos que requerem acompanhamento contínuo. Estratégias como pausas terapêuticas e reavaliações periódicas do tratamento ajudam a mitigar esses efeitos (MEDEIROS; BARBOSA, 2019). Transparência e diálogo com o estudante são fundamentais, garantindo sua participação ativa nas decisões terapêuticas.

A literatura científica reforça os benefícios dos psicoestimulantes no desempenho acadêmico, indicando melhorias em atenção, memória de trabalho e funções executivas (SILVA et al., 2024; CORTESE et al., 2018). Estudos mostram que alunos medicados tendem a alcançar desempenhos similares aos de colegas sem TDAH, sugerindo que o uso responsável desses medicamentos equaliza oportunidades, sem conferir vantagens indevidas. É importante

destacar que tais resultados dependem da adesão ao tratamento e de estratégias de estudo adequadas.

Combater o estigma relacionado ao TDAH e ao uso de psicoestimulantes no ambiente universitário é essencial. Mitos como a ideia de “doping acadêmico” ainda afastam muitos estudantes do tratamento. Promover a conscientização por meio de ações institucionais, como palestras e depoimentos de alunos com TDAH, contribui para um ambiente mais acolhedor e informado (SOARES; MENDONÇA; ALVES, 2024), onde buscar ajuda é visto como sinal de cuidado e responsabilidade.

Novas perspectivas terapêuticas vêm surgindo, incluindo o uso de tecnologias digitais e wearables para otimizar o acompanhamento de sintomas, lembretes de medicação e gestão do tempo (DINIZ et al., 2023). Ferramentas como aplicativos e sensores podem oferecer suporte adicional à rotina acadêmica, tornando os tratamentos mais personalizados e responsivos.

Apesar dos avanços, ainda são necessárias mais pesquisas, especialmente estudos clínicos de longo prazo, que investiguem a segurança, eficácia sustentada, adesão terapêutica e impactos pós-universidade (SILVA; CALDEIRA, 2020). O conhecimento atual, embora promissor, ainda é limitado diante da complexidade do tema. Investir em ciência robusta e atualizada é fundamental para embasar práticas clínicas mais seguras e eficazes, assegurando que o suporte oferecido resulte não apenas em sucesso acadêmico, mas também em saúde e preparo para os desafios da vida adulta.

Em suma, diante da relevância e atualidade do tema, é urgente aprofundar o conhecimento sobre o TDAH no contexto universitário. Somente com mais evidências científicas será possível construir caminhos terapêuticos sólidos, que integrem tecnologia, acolhimento e ciência, promovendo a plena realização pessoal e acadêmica desses estudantes.

REFERÊNCIAS

ALVES, F. W. L.; ANDRADE, L. G. de. Uso do metilfenidato para o melhoramento acadêmico. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, [S. l.], v. 8, n. 3, p. 491–502, 2022. DOI: https://doi.org/10.51891/rease.v8i3.4607. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/4607. Acesso em: 21 jan. 2025.

AMARAL, N. A. et al. Precisamos falar sobre uso de metilfenidato por estudantes de medicina: revisão da literatura. *Revista Brasileira de Educação Médica*, Rio de Janeiro, v. 46, n. 2, e060, 2022. DOI: https://doi.org/10.1590/1981-5271v46.2-20200233.ing. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-52712022000200301. Acesso em: 17 fev. 2025.

BRITO, A. R. N.; LIMA, C. G. Frequência do uso da Ritalina por estudantes para um melhor desempenho acadêmico. *Revista Multidisciplinar do Sertão*, v. 4, n. 4, p. 416–424, 30 dez. 2022. DOI: https://doi.org/10.37115/rms.v4i4.460. Disponível em: https://revistamultisert1.websiteseguro.com/index.php/revista/article/view/460. Acesso em: 14 fev. 2025.

CORTESE, S. et al. Comparative efficacy and tolerability of medications for attention-deficit hyperactivity disorder in children, adolescents, and adults: a systematic review and network meta-analysis. *The Lancet Psychiatry*, v. 5, n. 9, p. 727–738, 2018. Disponível em: https://www.thelancet.com/journals/lanpsy/article/PIIS2215-0366(18)30269-4/fulltext. Acesso em: 27 jan. 2025.

DANTAS, B. M. de S. et al. Uso de psicoestimulantes na vida acadêmica: uma revisão integrativa. *Brazilian Journal of Health Review*, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 3819–3827, 2022. DOI: https://doi.org/10.34119/bjhrv5n1-327. Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/44567. Acesso em: 24 fev. 2025.

DOS SANTOS FERREIRA, G. et al. Uso de psicoestimulantes cerebrais pelos estudantes de medicina: uma revisão bibliográfica. *Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences*, [S. l.], v. 6, n. 10, p. 3122–3137, 2024. DOI: https://doi.org/10.36557/2674-8169.2024v6n10p31223137. Disponível em: https://bjihs.emnuvens.com.br/bjihs/article/view/4021. Acesso em: 11 mar. 2025.

SILVA, I. H. A. et al. Uso indevido de metilfenidato por universitários da área da saúde: revisão sistemática. *Comunicação em Ciências da Saúde*, [S. l.], v. 31, n. 4, p. 33–42, 2021. DOI: https://doi.org/10.51723/ccs.v31i04.777. Disponível em: https://revistaccs.espdf.fepecs.edu.br/index.php/comunicacaoemcienciasdasaude/article/view/777. Acesso em: 6 fev. 2025.

SILVA, L. F. L.; CALDEIRA, T. de B. O uso de psicoestimulantes do tipo metilfenidato entre acadêmicos de uma instituição superior de ensino de Minas Gerais. *Revista de Medicina e Saúde de Brasília*, Brasília, v. 9, n. 2, p. 234–261, 2020. Disponível em: https://revistademedicinaesaude.com.br. Acesso em: 19 fev. 2025.

SILVA, L. F. L. et al. The pursuit of academic performance: the misuse of methylphenidate among university students. *Journal of Medical and Biosciences Research*, [S. l.], v. 1, n. 5, p. 492–498, 2024. DOI: https://doi.org/10.70164/jmbr.v1i5.406. Disponível em: https://www.journalmbr.com.br/index.php/jmbr/article/view/406. Acesso em: 12 abr. 2025.

SOARES, K. da S.; MENDONÇA, Z. W. T.; ALVES, W. C. L. O uso de metilfenidato sem indicação médica no contexto acadêmico: uma revisão integrativa da literatura. *Revista Interdisciplinar*, Redenção-PA, v. 17, n. 2, 2024. DOI: https://doi.org/10.29327/2393773.17.2-10. Acesso em: 26 jan. 2025.